

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1156274 - SP (2017/0208748-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : AVALCIR APARECIDO GALESCO E OUTRO(S) -
SP044419
FELIPE GUSTAVO GALESCO - SP258471
RAFAEL DA SILVA AVEIRO E OUTRO(S) - RJ156712
SYLVIA ROCHA DA SILVA VAROTO E OUTRO(S) -
RJ151717
AGRAVADO : GILMAR ANTÔNIO PESSOA
ADVOGADO : VALTER RAIMUNDO DA COSTA JUNIOR E OUTRO(S) -
SP108337
INTERES. : VICTOR HENRIQUE FRADE PALMA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AGRADO DE INSTRUMENTO. **1. VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. 2. CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. MÉRITO NÃO APRECIADO. SÚMULA 735/STF. 2.1. REVISÃO DA MOTIVAÇÃO DA DECISÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRADO INTERNO IMPROVIDO.**

1. O entendimento desta Corte é no sentido de que, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

2. É pacífico o entendimento desta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF, de que, via de regra, "não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela. Precedentes. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp n. 581.358/RJ, Relator o Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/4/2015, DJe 5/5/2015)".

3. Para a revisão dos requisitos necessários ao deferimento da tutela de urgência, é necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, medida defesa em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator